



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

O Papel Moderador da Autoeficácia para a Promoção da Justiça na
Relação entre Crença no Mundo Justo e o Voluntariado

Sara Maria Leite Janeiro Salvado

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia Social e das Organizações

Orientadora:

Doutora Isabel Correia, Professora Associada com Agregação,
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2013



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

O Papel Moderador da Autoeficácia para a Promoção da Justiça na
Relação entre Crença no Mundo Justo e o Voluntariado

Sara Maria Leite Janeiro Salvado

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia Social e das Organizações

Orientadora:

Doutora Isabel Correia, Professora Associada com Agregação,
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2013

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar por agradecer à Professora Isabel Correia, pela sua disponibilidade, por toda a ajuda e apoio ao longo da realização deste trabalho.

A todos os participantes deste estudo, os diferentes voluntários, por se terem prontificado a ajudar-me na minha recolha de dados.

Ao Professor Mohiyeddini, pela sua simpatia e ajuda, pois foi através dele que tive acesso à sua escala de Autoeficácia para a Promoção da Justiça no Mundo.

Aos meus pais, claro, porque sem eles não poderia estar mais perto de um sonho que vem de há já algum tempo, o de ser psicóloga, e por terem podido proporcionar dos melhores momentos que tive enquanto estive na universidade. E um agradecimento especial à minha mãe, por todo o apoio e especialmente por toda a paciência que tem para mim.

Também gostaria de agradecer a toda a família, especialmente aos meus irmãos e de fazer um grande agradecimento aos meus avós por me terem acolhido na sua casa durante estes 5 anos que estive em Lisboa, e por toda a disponibilidade que têm para mim.

A todos os meus amigos que têm estado presentes, uns mais que outros, mas que sei que estão lá para mim. Pela amizade e pelo apoio, a todos eles, do curso, do ISCTE, da terra natal, do GASTagus, um obrigado pelos bons momentos que me têm proporcionado.

Ao ISCTE que foi tantas vezes como uma casa, e a todos que caminharam comigo ao longo destes dois anos que estive no GASTagus pois foram como uma família.

Os meus agradecimentos vão também para quem me ajudou quer nas traduções que precisei para o trabalho, quer parte a parte mais “informática” da questão.

E também a todos com quem me cruzei em Angola, que de alguma forma me inspiraram e por mostrarem o valor de um sorriso e da simplicidade.

RESUMO

Com um aumento de importância que tem sido atribuída ao voluntariado torna-se relevante aprofundar essa temática. Alguns estudos têm verificado uma correlação entre a Crença no Mundo Justo (CMJ, Lerner, 1980), a Autoeficácia para a Promoção da Justiça no Mundo (AEPJM, Mohiyeddini & Montada, 1998) e os comportamentos pró-sociais. Na sequência desses resultados, os principais objetivos deste estudo são perceber a relação quer entre CMJ Pessoal, quer a CMJ Geral, com os diferentes Motivos do Voluntariado propostos por Clary, Snyder, Ridge, Copeland, Stukas, Haugen & Meine (1998). Outro objetivo é ainda perceber se a AEPJM modera essas relações, mais concretamente perceber se quanto maior for a AEPJM maior será a relação entre a CMJ e os Motivos do Voluntariado.

Assim, foi realizado um questionário que pretendeu medir as variáveis referidas e foi aplicado a voluntários de diferentes instituições (N=70). Os resultados obtidos permitem verificar que existe uma correlação positiva entre a CMJP e os Motivos do Voluntariado e que a AEPJM modera essa relação, verificando-se que quanto maior é a AEPJM maior é a associação entre CMJP e os Motivos do Voluntariado. Já a CMJG não está correlacionada com esses Motivos. Para além disso, os resultados permitem observar que o único motivo que não é previsto pela interação entre a CMJP e a AEPJM é o de “valores”, o motivo mais altruísta, podendo concluir-se que a CMJ de uma pessoa se correlaciona mais com motivos egoístas do que propriamente motivos relacionados com a preocupação com os outros.

Palavras-chave: Crença no Mundo Justo, Autoeficácia para a Promoção da Justiça, Comportamentos Pró-sociais, Motivos para o Voluntariado

3000: Social Psychology

3040: Social Perception & Cognition

ABSTRACT

With the increasing significance that has been accredited to the volunteer work, it is relevant to develop that topic. Some studies have shown a correlation between The Belief in a Just World (BJW, Lerner, 1980), the Self-Efficacy in Promoting Justice in the World (SEJW, Mohiyeddini & Montada, 1998) and the prosocial behaviour. In response to those results, the main goals of this study are to understand the relation either of the Personal BJW or the General BJW, with the several Motives to Volunteer suggested by Clary, Snyder, Ridge, Copeland, Stukas, Haugen & Meine (1998). Another goal is to understand if the SEJW moderates those relations, more specifically to understand if the higher SEJW the higher the relation between the BJW and the Motives to Volunteer.

Therefore, we conducted a survey with the intention to measure the stated variables and was applied to volunteers of different institutions (N=70). The results allow us to check that there is a positive correlation between the PBJW and the Motives to Volunteer and that the SEJW moderates that relation and to verify that the higher SEJW the higher the association between the BJW and the Motives to Volunteer. On the other hand, the GBJW is not correlated with those Motives. Furthermore, the results show that the only motive that is not foreseen by the interaction between the PBJW and the SEJW is the one related to “values”, the most altruistic one, giving us the conclusion that one’s BJW is more correlated with selfish motives than with motives related to the concern for others.

Key-words: Belief in a Just World, Self-Efficacy in Promoting Justice in the World, Prosocial Behaviour, Motives to Volunteer.

3000: Social Psychology

3040: Social Perception & Cognition

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
I.ENQUADRAMENTO TEÓRICO	2
1.1 Voluntariado	2
1.1.1 Definição e Prevalência	2
1.1.2 Abordagens teóricas às motivações para o voluntariado	4
1.2 Crença no Mundo Justo	6
1.3 Autoeficácia para a Promoção da Justiça no Mundo	8
1.4. O Presente Estudo	9
1.4.1 Objetivos e Hipóteses	10
II. MÉTODO	12
2.1 Participantes	12
2.2 Procedimento	12
2.3 Medidas	13
2.3.1 Voluntariado	13
2.3.2 Crença no Mundo Justo	13
2.3.3 Autoeficácia na Promoção da Justiça no Mundo	14
III. RESULTADOS	15
3.1 Correlações Entre Variáveis	15
3.2 Teste do Modelo de Moderação	17
IV. DISCUSSÃO	24
REFERÊNCIAS	30
ANEXOS	35
<i>Curriculum Vitae</i>	42

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Médias, Desvio-Padrão, Correlações entre variáveis (com Motivos do Voluntariado analisados em conjunto)	15
Quadro 2. Médias, Desvio-Padrão, Correlações entre variáveis (com Motivos do Voluntariado analisados em separado)	16
Quadro 3. Regressão dos Motivos do Voluntariado na CMJP e na AEPJM	17

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Relação entre CMJP e Motivos do Voluntariado nos dois níveis da AEPJM	18
Figura 2. Relação entre CMJP e o Motivo de “Justiça” nos dois níveis da AEPJM	19
Figura 3. Relação entre CMJP e o Motivo de “Valorização” nos dois níveis da AEPJM	20
Figura 4. Relação entre CMJP e o Motivo “Social” nos dois níveis da AEPJM	21
Figura 5. Relação entre CMJP e o Motivo de “Carreira” nos dois níveis da AEPJM	22
Figura 6. Relação entre CMJP e o Motivo “Protetor” nos dois níveis da AEPJM	23

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AEPJM – Autoeficácia para a Promoção da Justiça no Mundo

CMJ – Crença no Mundo Justo

CMJG – Crença no Mundo Justo Geral

CMJP – Crença no Mundo Justo Pessoal

DP – Desvio-Padrão

INTRODUÇÃO

Numa sociedade onde a prática do voluntariado e as preocupações no âmbito da justiça social têm tido um aumento, torna-se importante aprofundar a investigação nessas áreas. Todos os anos muitas pessoas dedicam o seu tempo e a sua energia a ajudar os outros (Clary, Snyder, Ridge, Copeland, Stukas, Haugen & Miene, 1998) e, portanto, torna-se relevante perceber quais são os fatores que levam uma pessoa a fazer voluntariado muitas vezes por períodos prolongados de tempo (Penner & Finkelstein, 1998). Algumas investigações já foram realizadas neste sentido, articulando-se também a área do comportamento pró-social com a da justiça social, tendo-se verificado que um fator que pode influenciar se uma pessoa ajuda ou não é a Crença no Mundo Justo (CMJ, Lerner, 1980) dessa pessoa (DePalma, Madey, Tillman & Wheeler, 1999).

Desta forma, este estudo surge do interesse em perceber os motivos subjacentes ao voluntariado e que relação haverá com a justiça social, mais concretamente, e de encontro com a investigação já existente, pretende-se explorar a relação que existe entre os motivos do voluntariado e a CMJ. Para além disso, é introduzida uma variável que tem sido pouco abordada na literatura, a Autoeficácia para a Promoção da Justiça no Mundo (AEPJM, Mohiyeddini & Montada, 1998), contribuindo para um melhor conhecimento do seu papel moderador na relação entre a CMJ e o comportamento pró-social.

Este estudo torna-se ainda importante na medida em que vai ajudar a compreender melhor as diferenças entre CMJ Pessoal (CMJP) e a CMJ Geral (CMJG) no que diz respeito às suas relações com os comportamentos pró-sociais.

I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1 Voluntariado

1.1.1. Definição e Prevalência

O voluntariado não é um fenómeno recente (Wilson & Pimm, 1996), sendo que muitas organizações dependem já há algum tempo de trabalho voluntário e muitas pessoas já dedicaram ou dedicam algum tempo a alguma causa voluntária (Ferreira, Proença & Proença, 2008). Por exemplo, nos Estados Unidos da América, tal como foi referido por Penner e Finkelstein (1998), foi estimado pelo Independent Sector (Hodgkinson & Weitzman, 1994) que entre 45% a 55% dos adultos já tinham passado algum do seu tempo em trabalho voluntário, e Wilson e Pimm (1996) também referiram que cerca de 50% dos adultos americanos estiveram envolvidos em alguma atividade voluntária. O Instituto Nacional de Estatística (2013) verificou que em 2012 a taxa de voluntariado em Portugal foi de 11,5%, equivalendo a sensivelmente a um milhão de portugueses com mais de 15 anos. Ações de voluntariado podem ser, por exemplo, fazer companhia aos que vivem ou estão sozinhos, aconselhamento a pessoas que tenham alguns problemas e prestar cuidados de saúde a doentes. Geralmente, essas ações são realizadas de forma regular, contínua e muitas vezes por períodos de tempo prolongados (Clary *et al.*, 1998).

De acordo com Parboteeah, Cullen e Lim (2004), voluntariado continua a ser uma área de investigação que recebe atenção por parte dos investigadores (Harris, 2000; Wilson & Musick, 1997) e tal como referem DePalma *et al.*, (1999), perceber porque é que as pessoas ajudam tem sido alvo de estudos de interesse da Psicologia Social e tem uma história empírica extensiva (e.g. Batson & Weeks, 1996; Dovidio, 1984; Latané & Darley 1970; Latané & Nida, 1981). O motivo deste interesse no estudo do voluntariado pode ser explicado pelo fato de esta área continuar a ser uma parte importante na vida das pessoas (Primavera, 1999). Ainda de acordo com DePalma *et al.*, (1999), as investigações têm mostrado diferentes razões para uma pessoa ajudar, nomeadamente por empatia (Batson, Duncan, Ackerman, Buckley & Birch, 1981), por sentir um sentido de obrigação ou responsabilidade (Latané & Darley, 1970), se tiver oportunidade de ajudar (Dovidio, 1984; Lerner & Simmons, 1966; Lincoln & Levinger, 1972), devido ao potencial de recompensas que estão associadas como satisfação e bem-estar, e um sentido de dar algo em troca à comunidade (King, Walder & Pavey, 1970; Newman, Vasudev & Onawola, 1985; Snyder & Omoto, 1992b).

São variadas as definições de voluntariado, conforme os objetivos com que é usado (Delicado, Almeida & Ferrão, 2002). Segundo a Lei nº 71/98 de 3 de Novembro, o voluntariado é definido como o “conjunto de ações de interesse social e comunitário, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço de indivíduos, famílias e comunidade e que são desenvolvidas por entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos”. Ainda de acordo com a mesma Lei, as ações que, embora de forma desinteressada, sejam isoladas e esporádicas ou que sejam determinadas por razões familiares, de amizade e de boa vizinhança não são abrangidas na definição de voluntariado. Esta é uma definição mais limitada de voluntariado, e está relacionada com determinadas regras como a exigência do uso de cartão de voluntário, estabelecimento de um programa de voluntariado, e que o voluntário tenha acesso a um plano de formação, a boas condições de higiene e segurança, entre outros (Delicado, Almeida & Ferrão, 2002)

Penner (2002) define voluntariado como um comportamento pró-social planeado e de longa duração que beneficia desconhecidos e que ocorre num contexto organizacional. Já a Organização das Nações Unidas (UN, 2001) refere que o voluntariado é uma atividade que não inclui benefícios financeiros, que é levada a cabo de forma livre e de espontânea vontade por parte dos indivíduos e que traz vantagens a terceiros bem como aos indivíduos que a desenvolvem.

Desta forma, um voluntário é uma pessoa que providencia o seu serviço a uma organização sem esperar uma compensação monetária e esse serviço traz benefícios a terceiros e ao próprio indivíduo (Shin & Kleiner, 2003). Segundo DePalma *et al.*, (1999) os voluntários podem procurar oportunidades para ajudar alguém, podem deliberar sobre a dimensão do seu envolvimento e podem considerar o ajuste entre a oportunidade de voluntariado e as suas próprias necessidades, objetivos e motivações (Omoto & Snyder, 1995; Snyder & Omoto, 1992a).

Segundo Parboteeah, Cullenb e Lim (2004), o voluntariado pode ser diferenciado em informal e formal, sendo que o informal consiste em comportamentos como por exemplo ajudar os idosos, enquanto que o formal consiste em ações semelhantes mas que são desenvolvidas no âmbito de organizações. Assim, contrariamente ao que é definido pela Lei portuguesa que não considera as ações determinadas por razões familiares, de amizade e de boa vizinhança como sendo voluntariado, estes autores englobam essas ações no voluntariado, denominando-o de informal.

O voluntariado abordado neste estudo é o formal, sendo este tipo de voluntariado o mais comum nas investigações e é também o mais utilizado pelas organizações. O trabalho voluntário está associado ao terceiro sector, ao qual tem sido dado bastante importância nas sociedades atuais (Delicado, Almeida & Ferrão, 2002).

No âmbito do estudo do voluntariado, torna-se importante saber quais são os fatores que levam os indivíduos a fazer essas ações e quais são as causas para as fazerem por longos períodos de tempo (Penner & Finkelstein, 1998). Como referem Fuertes e Jiménez (2000), as razões que levam os voluntários a darem parte do seu tempo e energia para ajudarem terceiros e por períodos relativamente longos, tem sido demonstrada na literatura como sendo fundamental na explicação das diferenças entre voluntários e não-voluntários, e entre voluntários que continuam e voluntários que não continuam as suas atividades (Black & DiNitto, 1994; Clary & Snyder, 1991; Omoto & Snyder, 1995; Penner & Finkelstein, 1998).

1.1.2. Abordagens teóricas às motivações para o voluntariado

Existem diferentes motivos para uma pessoa decidir tornar-se voluntário. Ferreira, Proença e Proença (2008) na sua análise às motivações dos voluntários verificaram que existem diversas motivações que se repetem em diferentes estudos como o ajudar os outros (e.g. Soupourmas & Ironmonger, 2002; Holmberg e Söderlung, 2005; Cavalier, 2006) e ocupar os tempos livres (e.g. Yavas & Riecken, 1997; Prouteau & Wolff, 2007). No entanto, com as diferentes motivações encontradas nessa análise aos diferentes estudos, evidenciaram-se quatro categorias principais de motivações, o altruísmo, a pertença, o ego e o reconhecimento pessoal (Ferreira, Proença & Proença, 2008).

A Teoria Funcional da motivação para ser voluntário (Clary & Snyder, 1991) é atualmente a mais importante para perceber essas motivações (Dávila & Díaz-Morales, 2009). Clary *et al.* (1998) exploraram extensivamente essas razões e desenvolveram um instrumento que avalia os diferentes motivos. Estes autores identificaram seis motivos que Clary & Snyder (1999) consideram os motivos primários do voluntário, sendo estes o motivo de valores, em que o voluntário expressa valores relacionados com o altruísmo e preocupações humanitárias com os outros, o motivo de compreensão em que o voluntariado é uma oportunidade para aprender novas experiências e usar competências que noutras circunstâncias não usaria, o motivo social pois é uma oportunidade para fortalecer relações sociais ou envolver-se em comportamentos que são favorecidos, o motivo de carreira visto que pode trazer benefícios para a vida profissional, o motivo protetor relacionado com a redução de sentimentos

negativos sobre si próprio ou resolver problemas pessoais e, por fim, o motivo de valorização pois é uma oportunidade de crescimento e desenvolvimento psicológico. Posteriormente, Okun e Schultz (2003) incluíram um novo motivo, o de fazer amigos, que se distingue do social no sentido em que este último refere-se ao desejo de manter as amizades já feitas, enquanto que o primeiro reflete o desejo de construir novas amizades enquanto se faz voluntariado.

Omoto e Snyder (1990, 1995) propuseram o Modelo do Processo do Voluntariado onde consideram quer os antecedentes, quer o que acontece aos voluntários ao longo do tempo. Este modelo compreende três estádios em que o primeiro representa os antecedentes do voluntariado, o segundo estádio refere-se às experiências do voluntariado e o terceiro, e último estádio, representa as consequências do voluntariado. O primeiro estádio inclui variáveis como as motivações que levam os indivíduos a envolverem-se em trabalhos voluntários e que resultam na sua permanência nesses trabalhos durante algum tempo. Neste modelo, os autores basearam-se na Teoria Funcional de Clary e Snyder (1991) referida anteriormente, que é baseada no princípio de que muitas pessoas são motivadas por objetivos e necessidades (Dovidio, Piliavin, Schroeder & Penner, 2006). Nesse modelo também se propõe que o voluntariado cumpre diferentes funções para diferentes pessoas e, talvez, várias funções para a mesma pessoa (Penner & Finkelstein, 1998). Isto é, as pessoas podem envolver-se em atividades de voluntariado por diferentes razões, as quais podem cumprir diferentes funções psicológicas, sociais ou pessoais, e essas mesmas razões podem ainda mudar para uma pessoa ao longo do tempo em que está envolvida nas atividades de voluntariado (Fuertes & Jiménez, 2000). De forma a perceber o motivo para uma pessoa oferecer ajuda, é necessário perceber que função, ou funções, serve para a mesma (Penner & Finkelstein, 1998). Essas funções referem-se aos motivos já referidos acima abordados por Clary *et al.* (1998).

No segundo estádio do processo estão incluídas variáveis que podem promover ou restringir o processo de voluntariado (Fuertes & Jiménez, 2000), isto é, variáveis que podem influenciar a duração do voluntariado, sendo as experiências das pessoas no seu voluntariado importantes neste estádio (Penner & Finkelstein, 1998). Se o voluntariado continua ou não depende bastante da relação entre o voluntário e a organização onde o mesmo desenvolve as atividades de voluntariado, e dessa forma Omoto e Snyder (1995) propuseram que variáveis como a satisfação com a organização e com as atividades desenvolvidas, a integração e compromisso com a organização e sentimentos positivos sobre ser voluntário afetam

diretamente a duração de tempo em que uma pessoa passa como voluntária dessa organização (Penner & Finkelstein, 1998). O terceiro estágio inclui a variável duração do serviço como sendo a principal consequência do processo de voluntariado (Fuertes & Jiménez, 2000).

1.2 Crença no Mundo Justo

Assim como refere Caliman (n.d.) alguns estudos demonstraram que, de uma forma geral, as pessoas preocupam-se mais com a justiça do que foi pensado anteriormente (Lerner, 1998; Lerner & Miller, 1978; Miller, 1977), na medida em que esta exerce influência na vida das pessoas (Lerner, 2003).

No âmbito desta área da justiça social, Lerner (1965) desenvolveu a sua Teoria no Mundo Justo cujas hipóteses sugerem que as pessoas precisam de acreditar que o mundo é um lugar justo onde as pessoas recebem o que merecem e merecem o que recebem. Assim, a CMJ é, de uma forma geral, uma motivação para perceber que todas as pessoas obtêm o que merecem e merecem aquilo que lhes acontece (Lerner, 1980). A CMJ é também uma disposição estável que se desenvolve ao longo da infância (Dalbert, 2001). Segundo Lerner (1977), os indivíduos têm um motivo de justiça e esta crença é um indicador desse motivo (Dalbert, 2001). Desta forma, as pessoas com um forte motivo de justiça percebem a justiça como uma diretiva importante para o seu comportamento e ganham satisfação quando restabelecem a justiça, sendo que um motivo de justiça forte motiva as pessoas a lutar pela mesma quando são confrontadas com situações de injustiça importantes (Dalbert, 2001). Rubin e Peplau (1973, 1975) referiram que, para além da diferença da situação, e apesar desta crença estar presente em todas as pessoas, a sua intensidade varia de pessoa para pessoa.

Acredita-se que a CMJ serve diferentes funções adaptativas e as pessoas tentam proteger a sua crença quando são confrontadas com injustiça (Lerner, 1965). Otto e Dalbert (2005) afirmam que bastantes estudos experimentais e correlacionais fornecem evidências para essas suposições, quer quando as pessoas sofrem injustiças (Bulman & Wortman, 1977; Comer & Laird, 1975), quer quando observam injustiças cometidas a terceiros (Lerner & Miller, 1978; Furnham & Procter, 1989). Neste sentido, a investigação indica que existem pelo menos três funções para a CMJ: a primeira é que esta crença é indicativa de um contrato pessoal e a obrigação de uma pessoa de se comportar de forma justa, a segunda é que fortalece as pessoas com a confiança de que vão ser tratados de forma justa pelos outros e que não vão ser vítimas de um desastre, e por fim, a terceira função é que providencia um quadro

conceptual que ajuda os indivíduos a assimilar as injustiças e a interpretar os eventos da sua vida de uma forma com sentido (Dalbert, 2001). Os indivíduos com uma alta CMJ tentam comportar-se de forma justa no sentido em que os termos do tal contrato pessoal entre o indivíduo e o seu meio social (Lerner, 1980) obrigam uma pessoa a comportar-se dessa forma. Nesse sentido, quanto mais forte a CMJ, mais um indivíduo tem a obrigação de lutar pela justiça e mais se esforça por atingir os seus objetivos através de meios justos (Dalbert, 1999). Para além disso, a ideia de contrato pessoal indica que uma pessoa espera ser recompensada pelo seu comportamento, isto é, uma pessoa deseja mais do que satisfação pessoal pelo fato da justiça ter sido mantida; as pessoas esperam ser capazes de confiar na justiça dos outros e de confiar num mundo justo (Dalbert, 2001). Quando um indivíduo observa uma situação injusta, se tiver alta CMJ irá tentar restaurar a justiça, quer agindo sobre a situação, quer desenvolvendo mecanismos cognitivos que ajudem a restabelecer psicologicamente a justiça (Dalbert, 2002).

Tal como afirma Dalbert (2002), Lerner e Miller (1978) propuseram que houvesse uma diferenciação entre CMJP e CMJG e outros investigadores defenderam essa diferenciação, tal como Furnham e Procter (1989) e Hafer e Olson (1993). Quanto mais pessoal é a experiência de injustiça, mais ameaçadora ela é e mais negada será (Dalbert, 2001). Assim é possível distinguir entre a crença de que o mundo é geralmente um lugar justo e a crença de que uma pessoa irá experienciar a justiça pessoalmente, e espera-se que os indivíduos defendam mais a CMJ Pessoal do que a Geral. Ainda mais, pode-se esperar que a CMJP transmita mais confiança a uma pessoa em ser tratada de forma justa por parte dos outros (Dalbert, 2001). Bègue e Bastounis (2003) descobriram que a CMJG está significativamente correlacionada com discriminação contra idosos e estigmatização da pobreza, enquanto que a CMJP está pouco ou nada correlacionada com essas variáveis. Lipkus, Dalbert e Siegler (1996) verificaram que a CMJP está mais significativamente associada com medidas de ajustamento psicossocial do que a CMJG.

1.3 Autoeficácia para a Promoção da Justiça no Mundo

De forma a compreender as possíveis razões para o fato de alguns estudos suportarem as hipóteses de Lerner (1980) e de alguns não suportarem, Mohiyeddini e Montada (1998) criaram variáveis relacionadas com justiça tendo sido uma delas a Autoeficácia para a Promoção da Justiça no Mundo. Esta variável implica que as injustiças podem ocorrer, podendo essas ser corrigidas ou, pelo menos, reduzidas e, que uma pessoa pode contribuir para essa correção ou redução da injustiça ocorrida. Uma forma de contribuir para a justiça pode ser, por exemplo, a não desvalorização das vítimas, expressar simpatia pelas mesmas e, assim, compensá-las pelas injustiças que sofreram.

Outras formas de reduzir as injustiças podem ser, por exemplo, apoiar vítimas e pedir ajuda para as mesmas (Mohiyeddini & Montada, 1998).

Os resultados encontrados no estudo de Mohiyeddini e Montada (1998) sugerem que a AEPJM é um suplemento importante na teoria de Lerner (1965, 1980).

Relativamente à relação entre esta faceta da CMJ e a própria CMJ, estes construtos foram concebidos como sendo dois construtos independentes, ou seja, um valor baixo na CMJ significa que um indivíduo não avalia o seu mundo como justo, no entanto, este fato não impede nem implica valores altos na AEPJM e um valor alto na CMJ pode também estar associado a valores quer altos, quer baixos na AEPJM. Os resultados do estudo demonstraram que as duas variáveis estão positivamente correlacionados e que a CMJ não exclui a possibilidade das pessoas se verem como eficazes em garantir ou em criar mais justiça (Mohiyeddini & Montada, 1998).

Uma alta CMJ pode levar uma pessoa a ajudar ou a derrogar vítimas, no entanto, quando a alta crença está associada a uma alta AEPJM, as pessoas estão mais propensas a ajudar como elas acham que podem e, quando está associada a uma baixa autoeficácia, as pessoas estão mais propensas a depreciar as vítimas. Quando a CMJ é baixa, espera-se que os indivíduos com alta AEPJM ajudem mais quando também existem outros fatores como empatia e altruísmo a mediar. Uma baixa CMJ e baixa AEPJM pode significar tanto ajuda como derrogação das vítimas, também com outros fatores a mediar, como a simpatia, os preconceitos, entre outros (Mohiyeddini & Montada, 1998).

O efeito que a AEPJM tem no fato de uma pessoa ser membro de uma organização social encontrado no estudo de Mohiyeddini e Montada (1998) serviu como primeira evidência na validação da escala, mais especificamente no significado psicológico do novo

construto. As pessoas que se percebem como eficazes em criar justiça estão envolvidas em organizações sociais de forma a ajudarem vítimas que precisem.

1.4 O Presente Estudo

É importante perceber quais são os fatores que levam uma pessoa a fazer voluntariado e as causas que os levam a continuar por períodos prolongados de tempo (Penner & Finkelstein, 1998).

As reações das pessoas para com aqueles que estão a sofrer são parcialmente determinadas pelo fato de elas merecerem ou não (Lerner, 1977). Este conceito é proposto na já referida Teoria do Mundo Justo que refere que os indivíduos têm a necessidade de acreditar num mundo onde as pessoas geralmente têm o que merecem (Lerner, 1971). Zuckerman (1975) descobriu que as pessoas com alta CMJ voluntariam-se mais para experiências quando estão num momento de necessidade pessoal do que pessoas com baixa CMJ, explicando esta descoberta em termos de merecimento, isto é, essas pessoas voluntariam-se quer para uma experiência, quer para ler um texto a um estudante cego, provavelmente para reestruturar a justiça mas também para posteriormente serem merecedores de recompensas futuras.

Num mundo justo considera-se que um futuro positivo é uma recompensa pelo comportamento e carácter de cada pessoa (Dalbert, 2009). Quanto maior é a CMJ das pessoas, mais empenhadas estas se sentem para lutar pela justiça (Dalbert, 2009), e assim essa crença é indicativa de um contrato pessoal cujos termos obrigam um individuo a comportar-se de forma justa (Lerner, 1977). Tal como afirma Dalbert (2009), um exemplo disso é o fato de os indivíduos com maior CMJ apresentarem maior tendência para ajudar pessoas que precisam (Bierhoff, Klein & Kramp, 1991; DePalma *et al.*, 1999) e o fato de esta crença estar significativamente relacionada com o compromisso com meios justos (Cohn & Modecki, 2007; Hafer, 2000; Sutton & Winnard, 2007).

No entanto, nem todas as investigações realizadas até ao momento são congruentes relativamente a essa relação. Alguns estudos indicam que a CMJ estimula os comportamentos pró-sociais, porém, às vezes também inibe esses comportamentos. Por exemplo, Weymans (2010) verificou que essas incongruências podem dever-se às diferenças entre a CMJG e CMJP, tendo verificado no seu estudo que as pessoas com alta CMJP tendem a ter comportamentos pró-sociais, contrariamente às pessoas com alta CMJG que não tendem a

doar nem dinheiro nem a praticar trabalho voluntário. Moore (2008) verificou que a CMJ está negativamente associada à boa vontade para participar em ações sociais, isto é, quanto mais uma pessoa crê num mundo justo menos disposta está em agir de forma a mudar isso já que não se percebe a existência de qualquer injustiça.

Para além das relações encontradas entre a CMJ e os comportamentos de voluntariado, também a AEPJM demonstrada como tendo um efeito moderador na relação entre essa crença e variáveis como simpatia pelas vítimas, culpabilização das vítimas e apoio às vítimas (Mohiyeddini & Montada, 1998). Verificou-se ainda que a AEPJM prediz a participação numa organização social e a intenção de ajudar vítimas, implicando uma capacidade para promover a justiça bem como uma motivação para a justiça que pode levar a um maior envolvimento e mais ajuda às vítimas (Mohiyeddini & Montada, 1998). No entanto, os resultados de Caliman (n.d.) não vão de encontro com estas descobertas, verificando-se que a AEPJM não tem qualquer efeito significativo nos atos de ajuda. Os resultados demonstraram que a AEPJM não tem quaisquer efeitos em atos de ajuda e que a motivação para os mesmos pode derivar de fatores relacionados com empatia, entre outros, reforçando, tal como afirma Caliman (n.d), a questão da empatia como sendo o maior preditor de comportamentos de ajuda (Oliner & Oliner, 1988).

1.4.1 Objetivos e Hipóteses

Tendo em conta a literatura descrita acima, o presente estudo tem como principais objetivos perceber qual é a relação existente entre a CMJ e o voluntariado, mais precisamente os motivos propostos por Clary *et al.* (1998), e perceber se a AEPJM modera essa relação, isto é, se a relação entre a CMJ e os Motivos do Voluntariado é mais forte quanto mais os indivíduos se sentem eficazes na promoção da justiça. Além disso, pretende identificar se existem diferenças significativas entre a CMJP e a CMJG nessa relação.

Este estudo torna-se importante e inovador na medida em que são escassos os estudos que exploram as relações entre a CMJ e o Voluntariado, especificamente os diferentes motivos que levam uma pessoa a iniciar essas ações de voluntariado. Para além disso, integra ainda uma variável desenvolvida no âmbito da CMJ, sobre a qual existe muito pouca investigação, que é a AEPJM. Desta forma, permite contribuir para o desenvolvimento dos estudos desta variável e também dos comportamentos pró-sociais. Para além disso, Dalbert (2001) também refere que ainda se sabe pouco sobre a potencial influência da CMJ na própria justiça de um indivíduo e que é assumido que essa crença leva a comportamento pró-sociais e

socialmente responsáveis. A mesma autora sugere como investigação perceber se outros fatores pessoais, como a autoeficácia, podem moderar o impacto da CMJ no comportamento de uma pessoa.

Neste seguimento, e por tudo o que foi referido, as seguintes hipóteses foram formuladas:

- 1: a Crença no Mundo Justo Pessoal está positivamente correlacionada com os Motivos do Voluntariado;
- 2: a Crença no Mundo Justo Geral não se correlaciona com os Motivos do Voluntariado;
- 3: A Autoeficácia para a Promoção da Justiça no Mundo modera a relação entre a Crença no Mundo Justo Pessoal e os Motivos do Voluntariado, sendo a relação entre CMJP e os motivos do voluntariado mais forte quanto maior for a AEPJM de uma pessoa;
- 4: A relação entre a Crença no Mundo Justo Geral e os Motivos do Voluntariado não é moderada pela Autoeficácia para Promoção da Justiça no Mundo.

II. MÉTODO

2.1 Participantes

Este estudo contou com uma amostra de 70 participantes dos quais 70% ($N = 49$) eram do sexo feminino e 30% ($N = 21$) eram do sexo masculino. As suas idades estão compreendidas entre os 17 e os 72 anos ($M = 31.16$; $DP = 16.34$). Todos os participantes realizam voluntariado atualmente, 13,2% tinham iniciado há cerca de um mês e sete dos participantes já tinham iniciado há mais de dez anos (10,3%) sendo a maior percentagem (19,1%) situada nos 12 meses, significando que a maioria dos participantes realiza voluntariado há cerca de um ano. A média de horas de voluntariado que realizam por mês é de 22 horas, variando entre as duas horas e as 170 horas. Em relação às habilitações literárias, 2,9% ($N = 2$) dos participantes tem o ensino primário, 7,2% ($N = 5$) tem o ensino básico (9º ano), 37,7% ($N = 26$) tem o ensino secundário e 52,1% ($N = 36$) tem o ensino superior (34,8% tem licenciatura, 13% tem o mestrado e 4,3% tem o Doutoramento). É ainda importante referir que as áreas em que realizam voluntariado também são diversas como apoio aos sem-abrigo, a crianças desfavorecidas, a idosos, nos bancos alimentares contra a fome e em grupos juvenis (preparação para missões internacionais).

2.2 Procedimento

Os participantes, voluntários de diferentes organizações, foram convidados a responder a um questionário que pretendia recolher dados sobre perceções de pessoas que realizam voluntariado. No questionário começou-se por agradecer a disponibilidade dos participantes e a solicitar que respondessem com sinceridade, não havendo respostas certas nem erradas. Foi ainda garantida a confidencialidade das respostas.

2.3 Medidas¹

2.3.1 Voluntariado

Em relação ao voluntariado foi utilizado um inventário de funções do voluntário com 30 itens ($\alpha=0,9$) (*Volunteer functions inventory*) de Clary, Snyder, Ridge, Copeland, Stukas, Haugen & Meine (1998) que pretende medir as diferentes motivações que levam uma pessoa a realizar voluntariado. Uma vez que o inventário só se encontrava disponível em inglês, procedeu-se à tradução do mesmo para a língua portuguesa. No presente estudo, utilizaram-se os fatores originais que correspondem aos motivos de “Carreira” ($\alpha = .87$; e.g. “O voluntariado permite-me explorar diferentes opções profissionais.”), “Protetor” ($\alpha = .71$; e.g. “O voluntariado ajuda-me a superar os meus problemas pessoais.”), “Valores” ($\alpha = .64$; e.g. “Preocupo-me com os mais carenciados.”), “Compreensão” ($\alpha = .69$; e.g. “O voluntariado permite-me ganhar uma nova perspectiva das coisas.”), “Valorização” ($\alpha = .76$; e.g. “Fazer voluntariado faz-me sentir melhor comigo próprio/a”), “Social” ($\alpha = .70$; e.g. “Os meus amigos fazem voluntariado.”) e tendo em conta os objetivos do estudo foram ainda acrescentados 4 itens de forma a corresponder ao motivo “Justiça”, ou seja, contribuir para a justiça ($\alpha = .81$; e.g. “O voluntariado permite-me contribuir para que a injustiça seja uma exceção.”). A escala com os 34 itens, utilizando já os sete motivos ($\alpha = .91$), foi medida com cinco pontos em que 1 corresponde a “Nada Importante” e o 5 corresponde a “Extremamente Importante”.

2.3.2 Crença no Mundo Justo

A Crença no Mundo Justo foi medida utilizando a Escala de Crença no Mundo Justo Geral (Dalbert, Mondada & Schmitt, 1987) e a Escala de Crença no Mundo Justo Pessoal (Dalbert, 1999). A primeira escala contém seis itens que pretendem medir a crença de que no geral, o mundo em que vivemos é justo ($\alpha = .64$; e.g. “De uma maneira geral, as pessoas merecem aquilo que lhes acontece.”, “A justiça vence sempre a injustiça.”). A segunda escala contém sete itens que pretendem medir a crença de que, de uma maneira geral, os eventos da vida de uma pessoa são justos ($\alpha = .77$; e.g. “Acho que geralmente obtenho o que mereço.”, “Acho que a maior parte do que me acontece é justo.”). Ambas foram medidas com uma escala de cinco pontos variando entre 1 (Discordo Totalmente) e 5 (Concordo Totalmente).

¹ O questionário encontra-se em Anexo

2.3.3 Autoeficácia para a Promoção da Justiça no Mundo

Para medir a Autoeficácia para a Promoção da Justiça no Mundo, foi utilizada a escala de Autoeficácia para Promover a Justiça no Mundo, de Mohiyeddini & Montada (1998). Mais uma vez só se teve acesso à escala em inglês, tendo-se realizado a tradução para a língua portuguesa. Esta escala contém oito itens que pretendem compreender se as pessoas se sentem eficazes para promover ou contribuir para a justiça ($\alpha = .85$; e.g. “Posso contribuir para tornar o mundo mais justo.”, “Tento motivar as pessoas a serem justas umas com as outras”). A escala também contém 5 pontos, em que 1 corresponde a “Discordo Totalmente” e o 5 corresponde a “Concordo Totalmente”.

III. RESULTADOS

3.1 Correlações entre variáveis

De forma a testar as correlações entre as variáveis em estudo, foi realizada uma análise de correlações entre todas elas. Através do Quadro 1 podemos observar que a CMJP está positivamente e significativamente correlacionada com a CMJG ($r = .34$) e com os Motivos do Voluntariado ($r = .26$). Para além disso, pode-se observar ainda que a CMJG está também positivamente e significativamente correlacionada com a AEPJM ($r = .30$).

No entanto, no Quadro 1 encontram-se os Motivos do Voluntariado analisados em conjunto, pelo que se procedeu a uma análise de correlações entre todas as variáveis analisando cada um dos motivos em separado de forma a perceber quais são os motivos que mais se correlacionam com a CMJP, CMJG e AEPJM. No Quadro 2 pode-se observar que a CMJP está significativa e positivamente correlacionada com o Motivo “Carreira” ($r = .27$) e com o Motivo “Compreensão” ($r = .26$). A CMJG não se correlaciona significativamente com nenhum dos motivos, quando os analisamos separadamente. Já a AEPJM está significativa e positivamente correlacionada com o Motivo “Compreensão” ($r = .43$) e com o Motivo “Justiça” ($r = .30$).

Quadro 1.

Médias, Desvio-Padrão, Correlações entre variáveis (com Motivos do Voluntariado analisados em conjunto)

	Média	DP	CMJ Pessoal	CMJ Geral	AEPJM	Motivos do Voluntariado
<i>N</i>			70	70	70	70
CMJ Pessoal	3.66	0.58		.34**	.22	.26*
CMJ Geral	2.78	0.63			.30*	.13
AEPJM	4.32	0.54				.20
Motivos do Voluntariado	3.62	0.53				

Nota. Todas as escalas variam entre 1 e 5. * $p < 0.05$, ** $p < 0.01$

Quadro 2.

Médias, Desvio-Padrão, Correlações entre variáveis (com Motivos do Voluntariado analisados em separado)

	Média DP		CMJP	CMJG	AEPJM	Protetor		Valores		Carreira Social		Compreensão		Valorização		Justiça	
	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70
CMJP	3.66	0.58		.34**	.22	.19	.09	.27*	.08	.26*	.20	.10					
CMJG	2.78	0.63			.30*	.14	-.06	.06	.20	.14	.10	-.01					
AEPJM	4.32	0.54				.03	.21	.06	.04	.43**	.10	.30*					
Motivo Protetor	3.01	0.84					.39**	.50**	.28*	.35**	.65**	.08					
Motivo Valores	4.41	0.49						.01	.15	.41**	.33**	.47**					
Motivo Carreira	2.87	1.12							.34**	.58**	.65**	.05					
Motivo Social	3.08	0.74								.35**	.45**	.23					
Motivo	4.23	0.59									.57**	.42**					
Compreensão																	
Motivo	3.55	0.88															.20
Valorização																	
Motivo Justiça	4.32	0.62															

Nota. Todas as escalas variam entre 1 e 5. * $p < 0.05$, ** $p < 0.01$

3.2 Teste do Modelo de Moderação

Foi testado se a AEPJM modera a relação entre a CMJP e os Motivos do Voluntariado agregados num único índice. Desta forma, foi conduzida uma regressão onde foi introduzida a CMJP, a AEPJM e o produto entre as duas variáveis predictoras. As duas variáveis foram centradas antes da análise, e os Motivos do Voluntariado foi introduzido como variável critério.

Verificou-se que quer a CMJP quer a AEPJM têm um efeito principal nos Motivos do voluntariado (Quadro 3) significando que as duas variáveis sozinhas predizem os motivos do voluntariado, no entanto pode-se observar que existe um efeito de moderação da variável AEPJM na relação entre a CMJP e os motivos do voluntariado pois o efeito de interação é significativo, $\beta=.37$; $t(70)=3,21$; $p=.002$, o que significa que as duas variáveis em conjunto preveem melhor esses motivos.

Quadro 3.

Regressão dos Motivos do Voluntariado na CMJP e na AEPJM

Predictores	Motivos do voluntariado			
	<i>B</i>	β	<i>t</i>	<i>p</i>
Constante	3.59		62.10	
CMJP	.23	.26	2.28	.03*
AEPJM	.24	.24	2.08	.04*
CMJP x AEPJM	.46	.37	3.21	<.01**

Nota. * $p<0.05$, ** $p<0.01$

A Figura 1 permite-nos observar que para baixos valores de AEPJM, a CMJP não está relacionada com os motivos ($\beta= -.02$, $t(70)= -.12$, $p=.907$) mas, quanto maior for a AEPJM, maior é a associação entre a CMJP e os Motivos do Voluntariado ($\beta=.53$, $t(70)=3.7$, $p=.001$) o que significa que quanto mais os indivíduos se percebem como eficazes na promoção da justiça e mais alta for a sua CMJP, maiores serão as motivações para realizar voluntariado.

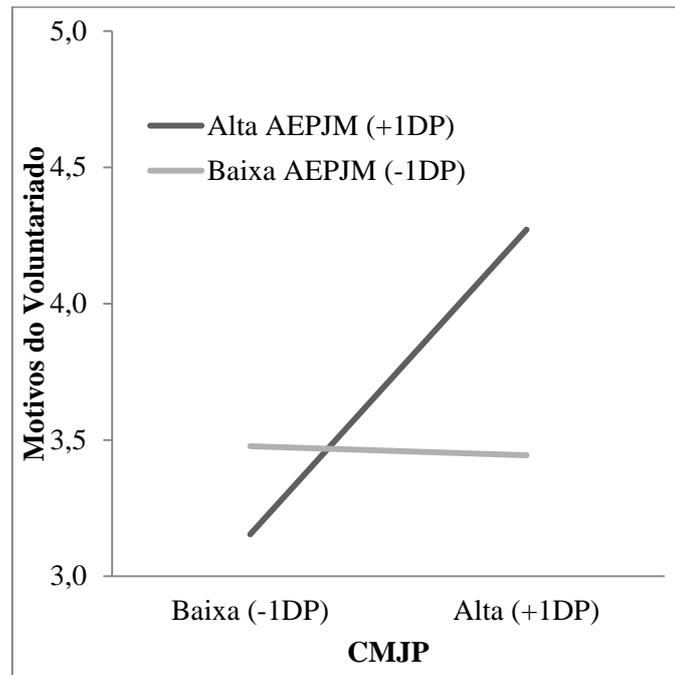


Figura 1. Relação entre CMJP e Motivos do Voluntariado nos dois níveis da AEPJM

De forma a compreender melhor o efeito de moderação da AEPJM na relação entre CMJP e os Motivos do Voluntariado, foram conduzidas diferentes regressões em que, em todas elas a CMJP, a AEPJM e o produto entre as duas foram introduzidas como variáveis preditoras, e como variável critério foi colocado cada um dos motivos do voluntariado analisados em separado (ou seja, os Motivos de Justiça, Valorização, Compreensão, Social, Carreira, Valores e Protetor).

Existe um efeito de interação significativo, $\beta=.28$; $t(70)=2.34$; $p=.022$, entre a CMJP e a AEPJM quando a variável critério é o motivo de “justiça”, ou seja, existe efeito de moderação. Na Figura 2 pode-se analisar que quando os indivíduos se percebem como eficazes na promoção da justiça no mundo, existe uma relação marginalmente significativa entre a CMJP e o Motivo de Justiça ($\beta=.27$, $t(70)=1.77$, $p=.081$), sendo que quanto maior for a CMJP, maior a motivação de contribuir para a justiça. Já quando os indivíduos não se percebem como eficazes na promoção da justiça, não existe uma associação entre a CMJP e o Motivo de Justiça ($\beta=-.15$, $t(70)=-1.04$, $p=.304$).

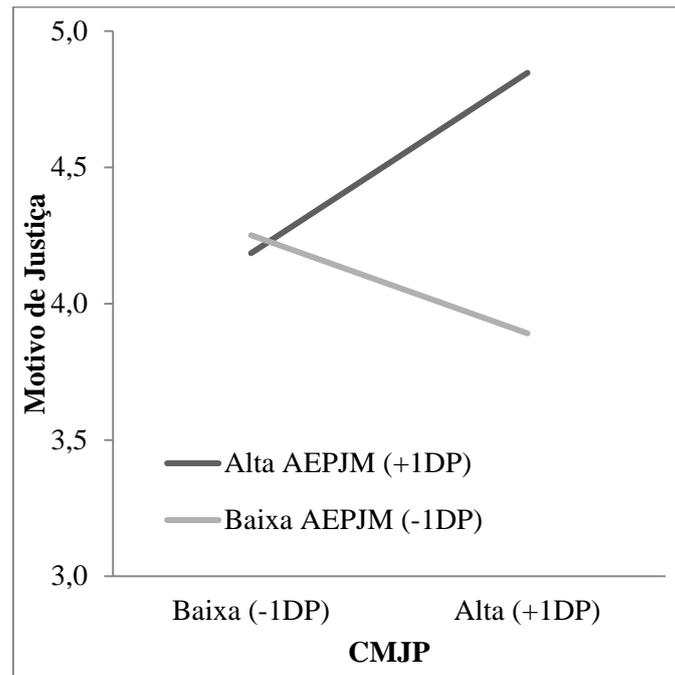


Figura 2. Relação entre CMJP e o Motivo de “Justiça” nos dois níveis da AEPJM

Existe um efeito de moderação da AEPJM na relação entre a CMJP e o motivo de “valorização” pois o efeito de interação é significativo, $\beta=.35$; $t(70)=2.95$; $p=.004$. Mais uma vez, e como se pode observar na Figura 3, para valores altos de AEPJM, a associação entre CMJP e o Motivo de Valorização é significativa e positiva ($\beta=.47$, $t(70)=3.12$, $p=.003$) enquanto que para valores mais baixos de AEPJM, não existe uma relação entre a CMJP e esse motivo ($\beta=-.05$, $t(70)=-.34$, $p=.733$).

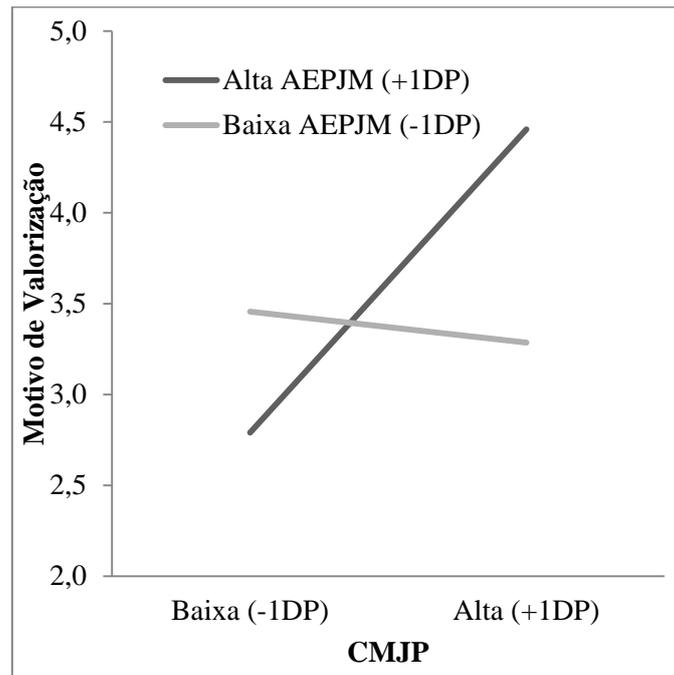


Figura 3. Relação entre CMJP e o Motivo de “Valorização” nos dois níveis da AEPJM

Quando a variável critério é o motivo de “compreensão”, existe um efeito de interação marginal entre a CMJP e a AEPJM, $\beta=.21$; $t(70)= 1.88$; $p=.065$. quando a AEPJM² é alta existe uma associação significativa e positiva entre a CMJP e o motivo de compreensão ($\beta=.35$, $t(70)=2.45$, $p=.017$) não havendo uma relação entre essas duas variáveis quando a AEPJM é baixa ($\beta=.04$, $t(70)=.28$, $p=.782$).

Quando se trata do motivo “social”, o efeito de interação também é significativo, $\beta=.27$; $t(70)= 2.17$; $p=.034$, o que significa que a AEPJM modera a relação entre a CMJP e o motivo social. Na Figura 4 pode-se verificar que a relação entre a CMJP e este motivo é positiva e marginalmente significativa quando a AEPJM é mais elevada ($\beta=.30$, $t(70)=1.86$, $p=.067$) não havendo uma relação entre essas duas variáveis quando a AEPJM é mais baixa ($\beta=-.11$, $t(70)=-.72$, $p=.477$). Assim, quanto mais elevada for a AEPJM de um indivíduo e maior a sua CMJP, maior será o motivo social.

² Ver Anexos

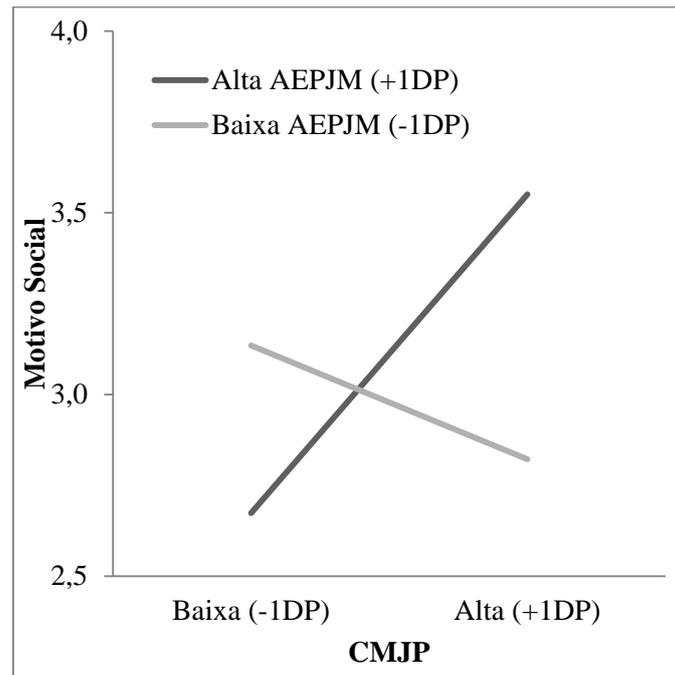


Figura 4. Relação entre CMJP e o Motivo “Social” nos dois níveis da AEPJM

Em relação ao motivo de “carreira”, existe um efeito de interação entre as variáveis predictoras, $\beta=.26$; $t(70)=2.22$; $p=.030$, o que significa que existe um efeito de moderação da AEPJM na relação entre a CMJP e o Motivo Carreira. Na Figura 5 pode observar-se que quando a AEPJM é maior existe uma associação positiva e significativa entre a CMJP e o motivo carreira ($\beta=.49$, $t(70)=3.17$, $p=.002$) não havendo uma relação entre as mesmas quando a AEPJM é baixa ($\beta=.09$, $t(70)=.63$, $p=.533$). Ainda assim, qualquer que seja o valor de AEPJM, o motivo de carreira será sempre menor quando a CMJP de um indivíduo é mais baixa.

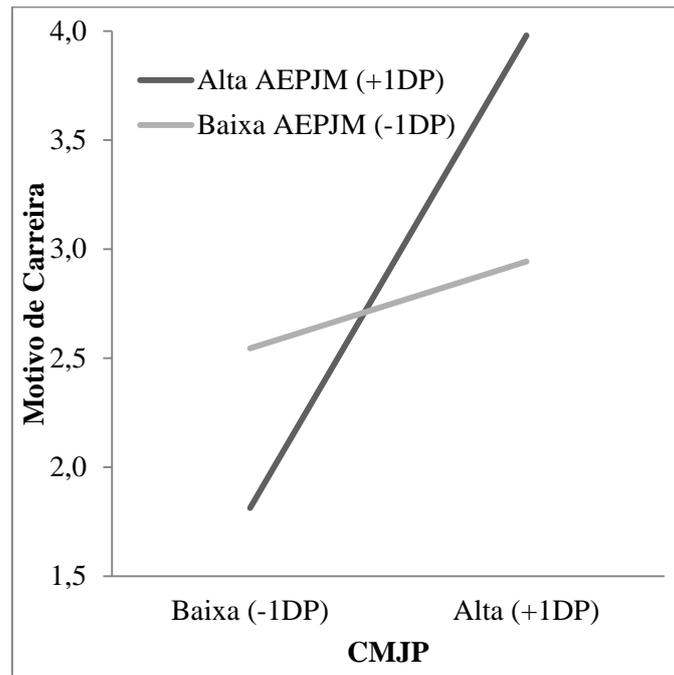


Figura 5. Relação entre CMJP e o Motivo de “Carreira” nos dois níveis da AEPJM

Quando a variável critério é o motivo “valores” não existe efeito de interação entre as duas variáveis preditoras, $\beta=.06$; $t(70)=-.50$; $p=.621$, pelo que a AEPJM não tem um efeito moderador na relação entre a CMJP e o motivo valores³.

Para terminar, a AEPJM modera a relação entre a CMJP e o motivo “protetor” uma vez que o efeito de interação da AEPJM e da CMJP é significativo, $\beta=.26$; $t(70)=2.11$; $p=.039$. Na Figura 6 pode-se observar que quando a AEPJM é alta, existe uma associação positiva e significativa entre a CMJP e o motivo protetor ($\beta=.402$, $t(70)=2.573$, $p=.012$) não havendo uma relação entre essas duas variáveis quando a AEPJM é baixa ($\beta=.018$, $t(70)=.124$, $p=.902$).

³ O gráfico encontra-se nos Anexos

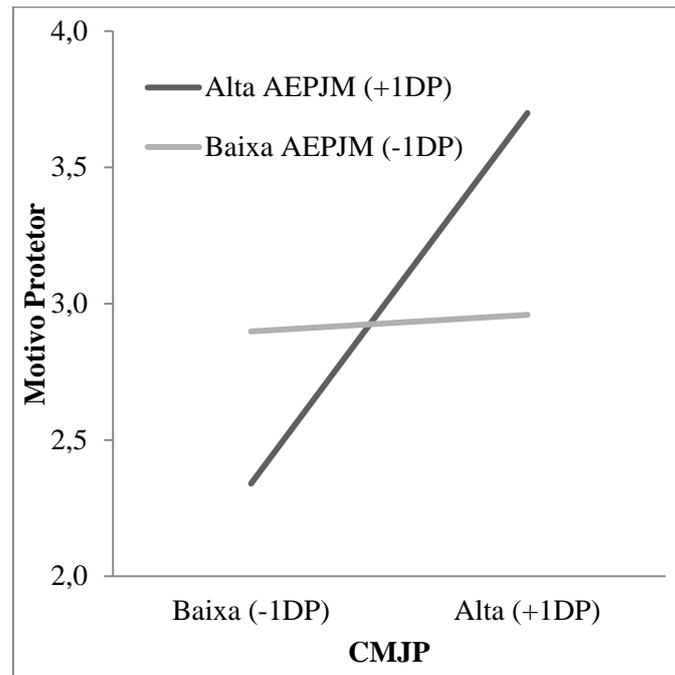


Figura 6. *Relação entre CMJP e o Motivo “Protetor” nos dois níveis da AEPJM*

Com estes resultados, pode-se retirar que a interação entre a CMJP com AEPJM prevê todos os motivos que levam uma pessoa a realizar voluntariado menos o dos valores.

Apesar de, tal como previsto, não haver uma correlação entre a Crença no Mundo Justo Geral e os Motivos do Voluntariado, foi também testado o efeito de moderação da AEPJM na relação entre CMJ Geral e os diferentes motivos do voluntariado usados no presente estudo. Através dos resultados obtidos verificou-se que só existe esse efeito para o motivo “justiça”, ou seja, quando a variável critério é o motivo de justiça existe efeito de interação entre a CMJG e a AEPJM, $\beta=.32$; $t(70)=2.69$; $p=.009$. O gráfico respetivo⁴ permite observar que quando a AEPJM é baixa, existe uma associação negativa e significativa entre a CMJG e o motivo de justiça ($\beta=-.33$, $t(70)=2.33$, $p=.023$), não havendo uma relação entre as duas variáveis quando a AEPJM é alta ($\beta=.21$, $t(70)=1.24$, $p=.221$). Estes resultados são consistentes com a correlação positiva que existe entre a CMJG e a AEPJM, tendo em conta que este motivo é precisamente contribuir para a justiça, e são ainda consistentes com o fato de a CMJG não estar correlacionada com os motivos do voluntariado no geral.

⁴ Ver Anexos

IV. DISCUSSÃO

Este estudo surgiu com os objetivos quer de perceber a relação que existe entre a CMJ e os motivos que levam uma pessoa a realizar voluntariado, propostos por Clary et al. (1998), quer de perceber o efeito moderador da AEPJM na relação entre a CMJ e os diferentes motivos do voluntariado e ainda verificar se existe diferenças entre a CMJ Pessoal e a Geral nessas relações.

Neste sentido, as seguintes hipóteses foram definidas e testadas: 1) a Crença no Mundo Justo Pessoal está positivamente correlacionada com os Motivos do Voluntariado; 2) a Crença no Mundo Justo Geral não está correlacionada com os Motivos do Voluntariado; 3) A Autoeficácia para a Promoção da Justiça no Mundo modera a relação entre a Crença no Mundo Justo Pessoal e os motivos do voluntariado, sendo a relação entre CMJP e os Motivos do Voluntariado mais forte quanto maior for a AEPJM de uma pessoa; 4) A relação entre a Crença no Mundo Justo Geral e os Motivos do Voluntariado não é moderada pela Autoeficácia para a Promoção da Justiça no Mundo.

Os resultados obtidos permitem confirmar a primeira e a segunda hipótese, isto é, pode-se verificar que existe uma correlação positiva e significativa entre a CMJ Pessoal e os Motivos do Voluntariado e ainda que não existe nenhuma correlação entre a CMJ Geral e os Motivos do Voluntariado.

O presente estudo vem assim evidenciar que é de fato a CMJ Pessoal que se correlaciona com a prática de voluntariado. Assim, pode-se concluir que são as pessoas que mais acreditam que a sua própria vida é justa que têm mais tendência a praticar voluntariado. Quer as pessoas acreditem ou não que o mundo é, no geral, um lugar justo, verifica-se que essa crença não tem qualquer relação com o fato de elas realizarem ou não voluntariado. De fato, quando se analisa a correlação da CMJ com os motivos do voluntariado em separado, verifica-se que nenhum dos motivos se correlaciona com a CMJG, enquanto que dois deles têm uma correlação significativa com a CMJP (o motivo “Carreira” e o motivo “Compreensão”). No entanto, muitos dos estudos efetuados anteriormente não faziam uma distinção entre a CMJ Pessoal e Geral, o que pode justificar os diferentes resultados que têm sido encontrados na investigação. Pessoas com uma alta CMJ têm a convicção que o mundo é um lugar justo, onde cada pessoa tem o que merece e merece o que tem. De acordo com a literatura, a CMJ serve diferentes funções e uma delas é que é indicativa de um contrato pessoal que obriga as pessoas a comportarem-se de forma justa (Lerner, 1980), o que implica

que quanto mais uma pessoa crê num mundo justo, mais irá lutar pela justiça, quer agindo de forma a mudar uma situação de injustiça, quer criando mecanismos cognitivos para restabelecer a justiça psicologicamente (Dalbert 2002). Quanto mais forte a Crença no Mundo Justo, mais um indivíduo sente a obrigação de lutar pela justiça. Tal como estudado anteriormente, a CMJ correlaciona-se com os comportamentos pró-sociais, e neste caso, pode-se verificar que se relaciona com os diferentes motivos que levam uma pessoa a tornar-se voluntária. No entanto, esta crença pode ser distinguida entre CMJ Geral e CMJ Pessoal (Lerner & Miller, 1978). A primeira reflete a crença de que, no geral, as pessoas recebem o que merecem e a segunda reflete a crença de que uma pessoa é geralmente tratada de forma justa (Dalbert, 1999; Lipkus, Dalbert & Siegler, 1996). Para além disso, as pessoas tendem a defender mais a sua CMJ Pessoal do que a Geral (Dalbert, 2001). As diferenças entre a CMJ Pessoal e Geral também foram estudadas anteriormente nas suas relações com os comportamentos pró-sociais, verificando-se que as pessoas com alta CMJ Pessoal tendem a esses comportamentos, contrariamente às pessoas com alta CMJ Geral (Moore, 2008).

A terceira hipótese é também confirmada pelos resultados. Pode-se verificar através dos dados obtidos que quer a CMJP, quer a AEPJM preveem os motivos do voluntariado, no entanto quando se analisam as duas variáveis em conjunto verifica-se um efeito de interação significando que as duas preveem melhor esses motivos do que cada uma isolada. No estudo de Mohiyeddini e Montada (1998) foi encontrada uma explicação para o fato de nem sempre as pessoas ajudarem as vítimas de injustiças. Estes autores introduziram uma variável, a AEPJM, e demonstraram que esta modera a relação entre a CMJ e o apoio/culpabilização das vítimas. Isto é, pessoas com alta CMJ podem culpar ou apoiar as vítimas, no entanto, quanto mais as pessoas se percebem como eficazes em promover/restaurar a justiça, mais estas vão apoiar as vítimas e agir de forma a mudar a situação.

Visto terem-se encontrado estes resultados, foi realizada uma análise ao efeito de moderação da AEPJM na relação entre a CMJP e cada um dos seis motivos propostos por Clary *et al.* (1998) e o 7º motivo introduzido neste estudo (motivo de “justiça”). Desta forma pode-se observar que todos motivos, exceto o dos valores, são previstos por essas duas variáveis, isto é, as duas variáveis preveem os motivos de compreensão, valorização, justiça, social, protetor e de carreira.

O motivo “valores” está relacionado com o fato do voluntariado permitir que as pessoas expressem os seus valores altruísticos e as suas preocupações humanitárias com os outros. Segundo Anderson e Moore (1978), a preocupação com os outros é muitas vezes

característica das pessoas que se voluntariam. O motivo “compreensão” expressa a oportunidade que o voluntariado permite em desenvolver novas experiências de aprendizagens e a oportunidade de exercer conhecimento, competências e habilidades que noutra situação poderiam não ser utilizadas. O motivo “social” refere-se a motivações associadas às relações com os outros. Isto é, o voluntariado pode oferecer a oportunidade de uma pessoa estar com os seus amigos ou de praticar uma atividade que seja bem vista por pessoas que sejam importantes para a ela. O motivo de “carreira” é uma função que está relacionada com fato do voluntariado permitir obter benefícios num nível profissional, ajudando a desenvolver competências e a preparar uma pessoa para um novo emprego. O motivo “protetor” centra-se em proteger o ego de situações negativas sobre si mesmo, e em relação ao voluntariado, pode servir para reduzir a culpa por ser mais afortunado do que os outros e para enfrentar os seus problemas pessoais. Por fim, o motivo “valorização” está relacionado com o desenvolvimento pessoas e com a obtenção de satisfações relacionadas com o crescimento pessoas e autoestima. Assim, contrariamente ao motivo “protetor” cuja preocupação é a eliminação de aspetos negativos do ego, a função de “valorização” envolve uma motivação que se centra no crescimento e desenvolvimento do ego (Clary *et al.*, 1998). O motivo de “justiça” foi introduzido neste estudo de forma a confirmar que essa é uma motivação que leva as pessoas a ajudarem os outros.

Estes motivos da teoria funcional desenvolvidos por Clary *et al.* (1998) e baseados noutros autores (Katz, 1960; Smith, Bruner & White, 1956), parecem apresentar por um lado uma motivação altruísta e, por outro lado, uma motivação egoísta. Isto é, o motivo “valores” está mais relacionado com preocupações com os outros enquanto que todos os outros cinco motivos estão relacionados com preocupações que têm a ver com a própria pessoa, como preocupações com o seu autodesenvolvimento e com a sua carreira.

Dado que os resultados obtidos demonstram que o único motivo que não é previsto pela CMJP e pela AEPJM é o motivo “valores”, leva-nos a crer que essas duas variáveis estão mais relacionadas com motivos mais egoístas que altruístas. De fato, a crença que aqui está em causa é a CMJP, a crença de que uma pessoa irá experienciar a justiça pessoalmente, e as pessoas tendem a defender mais a CMJ Pessoal do que a Geral. Para além disso, e tal como Zuckerman (1975) descobriu, pessoas voluntariam-se para que possam ser merecedoras de recompensas futuras, trazendo aqui o lado mais egoísta da questão do voluntariado. Este estudo vem verificar as conclusões deste autor, evidenciando que de fato as pessoas

voluntariam-se mais com vista a receberem algo em troca, por exemplo sentirem-se bem consigo próprios, do que propriamente pela preocupação com o outro.

Neste sentido, sugere-se que se faça um estudo utilizando variáveis como a empatia como moderadoras da relação entre a CMJ e os diferentes Motivos do Voluntariado, pois tal como Caliman (n.d.) verificou, a participação social pode ser motivada mais por questões egoístas do que propriamente por questões altruístas em ajudar os outros, o que pode estar relacionado com a empatia como sendo o maior preditor de comportamentos de ajuda (Oliner & Oliner, 1988).

Por fim, a quarta hipótese é também confirmada pelos resultados, visto que se verifica que de fato a AEPJM não modera a relação entre a CMJG e os Motivos do Voluntariado. Ainda assim, tal como referido anteriormente, também se realizou uma análise para cada um dos motivos em separado de forma a verificar se a AEPJM moderava a relação entre a CMJG e algum dos motivos, quando analisados em separados. Desta forma observou-se que apenas o motivo de “justiça” é previsto pela interação das duas variáveis. Assim, os resultados parecem demonstrar que quanto mais as pessoas acreditam que o mundo é um lugar justo, mais elas acreditam que cada um tem aquilo que merece e merece aquilo que tem, e por isso, se as pessoas se encontram nessa situação é porque merecem, não havendo qualquer necessidade de as ajudar, independentemente de se considerarem eficazes ou não em promover/ restaurar a justiça. No entanto, verifica-se que a AEPJM modera a relação entre CMJG e o motivo de “justiça”, isto é, quando uma pessoa se percebe como eficaz na promoção/restauração da justiça, existe uma correlação positiva entre a CMJG e o motivo de justiça e quando uma pessoa não se percebe como eficaz nessa promoção/restauração, essa correlação é negativa. Estes resultados vêm reafirmar a correlação positiva que existe entre a CMJG e a AEPJM, tendo em conta que este motivo é precisamente contribuir para a justiça. Para além disso, estes resultados são consistentes com o fato de a CMJG não estar relacionada com os Motivos do Voluntariado.

O número reduzido e a composição da amostra constituem uma limitação ao presente estudo, pelo que se propõe que se replique um estudo semelhante mas com uma amostra maior e também mais diversificada, isto é, aumentar o número de participantes e alargar a mais instituições com diferentes áreas de intervenção. Desta forma, poderão realizar-se diferentes estudos em diferentes áreas para ver se as relações obtidas diferem consoante a área em que a pessoa pratica voluntariado. Seria também interessante verificar se estes motivos

utilizados são os mesmo quer para a decisão inicial de se tornar voluntário, quer para a decisão de continuar a ser voluntário.

É também importante referir que este estudo foi pioneiro em utilizar a escala de Autoeficácia na Promoção da Justiça no Mundo em Portugal. Apesar dos resultados do estudo de Mohiyeddini e Montada (1998) apresentarem uma primeira evidência para a validação desta escala, sugere-se uma validação da mesma para a população portuguesa.

Este estudo poderá também ser replicado utilizando outras variáveis moderadoras como a Esperança num Mundo Justo (Hope For a Just World), também desenvolvida por Mohiyeddini e Montada (1998), e outras variáveis relacionadas com justiça.

Concluindo, os principais resultados deste estudo indicam que a CMJ Pessoal é que se relaciona com os diferentes motivos do voluntariado, e que essa relação é mais acentuada quanto mais uma pessoa se percebe como eficaz na promoção/restauração da justiça. Ou seja, as pessoas parecem estar mais envolvidas em ações de voluntariado quando acreditam que a sua própria vida é justa e quando acham que são eficazes em mudar situações de injustiça. Para além disso, os resultados obtidos também parecem demonstrar que as pessoas praticam voluntariado maioritariamente por questões egoístas, procurando obter alguma recompensa pelos seus atos. Esta ideia é reforçada quer pelo fato de o único motivo que não é previsto pela interação da CMJP e da AEPJM ser o motivo de “valores”, o único motivo mais altruísta, bem como pelo facto já acima referido, de ser a CMJ Pessoal e não a Geral que se relaciona com os motivos de voluntariado. É fundamental realçar que este estudo é correlacional, pelo que não se pode inferir qualquer tipo de relação de causa-efeito entre as variáveis, apenas uma relação de associação entre as mesmas.

Este estudo é então importante na medida em que são escassos os estudos que exploram as relações entre a CMJ e o voluntariado, nomeadamente os diferentes motivos que levam uma pessoa a iniciar essas ações de voluntariado. Torna-se ainda pioneiro na medida em que se utilizou uma variável pouco desenvolvida no âmbito da CMJ, que é a Autoeficácia para a Promoção da Justiça no Mundo, permitindo um melhor conhecimento acerca desta.

Tendo em conta a importância e o aumento que tem ocorrido nas práticas de voluntariado, torna-se importante continuar a investigação nesta área. Desta forma, este estudo vem contribuir para essa investigação e abrir novas portas para a investigação futura, nomeadamente sobre as razões que levam uma pessoa a essas ações.

É então importante promover as práticas do voluntariado, pois dessa forma pode-se ajudar pessoas com mais necessidades e, ao mesmo tempo, ganham-se recompensas mesmo

que não seja o pretendido inicialmente. Assim, o voluntariado pode ser visto como uma prática egoísta, onde se acaba por receber mais do que aquilo que se dá.

REFERÊNCIAS

- Anderson, J. C. & Moore, L. F. (1978). The motivation to volunteer. *Journal of Voluntary Action Research*, 7, 120–129.
- Batson, C. D., Duncan, B., Ackerman, P., Buckley, T. & Birch, K. (1981). Is empathic emotion a source of altruistic motivation? *Journal of Personality and Social Psychology*, 40, 290–302.
- Batson, C. D. & Weeks, J. L. (1996). Mood effects of unsuccessful helping: Another test of the empathy–altruism hypothesis. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 22, 148–157.
- Bègue, L. & Bastounis, M. (2003). Two spheres of belief in Justice: extensive support for the bidimensional of belief in a Just World. *Journal of Personality*, 71(3), 435-463.
- Black, B. & DiNitto, D. (1994). Volunteers who work with survivors of rape and battering: motivations, acceptance, satisfaction, length of service, and gender differences. *Journal of Social Service Research*, 20 (1-2), 73-97.
- Bierhoff, H. W., Klein, R., & Kramp, P. (1991). Evidence for the altruistic personality from data on accident research. *Journal of Personality*, 59, 263-280.
- Bulman, R. J. & Wortman, C. B. (1977). Attributions of blame and coping in the "real world": severe accident victims react to their lot. *Journal of Personality and Social Psychology*, 35, 351-363.
- Caliman, L. (n.d.). *Motivation for international aid donation* (online). Disponível em: http://www.psychology.tcd.ie/other/Final_Year_Projects/fyp/Motivation%20for%20international%20aid%20donation.%20Livi%20Caliman.pdf
- Cavalier, C. (2006). *Attitudinal changes in adolescent volunteers*. Dissertação de Mestrado em Educação. Ohio: Marietta College.
- Clary, E. G., & Snyder, M. (1991). A functional analysis of altruism and prosocial behavior: The case of volunteerism. In M. Clark (Ed.), *Review of Personality and Social Psychology* (pp. 119-148). Newbury Park, CA: Sage.
- Clary, E.G. & Snyder, M. (1999). The motivations to volunteer: Theoretical and practical considerations. *Current Directions in Psychological Science*, 8(5), 156-159.
- Clary, E. G., Snyder, M., Ridge, R. D., Copeland, J., Stukas, A. A., Haugen, J., & Meine, P. (1998). Understanding and assessing the motivations of volunteers: A functional approach. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74, 1516-1530.
- Comer, R. & Laird, J. D. (1975). Choosing to suffer as a consequence of expecting to suffer: Why do people do it? *Journal of Personality and Social Psychology*, 32, 92-101.
- Cohn, E. S. & Modecki, K. L. (2007). Gender differences in predicting delinquent behavior: Do individual differences matter? *Social Behavior and Personality*, 35, 359-374.
- Dalbert, C. (1999). The world is more just for me than generally: About the personal belief in a just world scale's validity. *Social Justice Research*, 12, 79-98.
- Dalbert, C. (2001). *The justice motive as a personal resource. Dealing with challenges and critical life events*. New York: Plenum Publishers.
- Dalbert, C. (2002). Beliefs in a just world as a buffer against anger. *Social Justice Research*, 15, 123-145.

- Dalbert, C. (2009). Belief in a just world. In M. R. Leary & R. H. Hoyle (Eds.). *Handbook of Individual Differences in Social Behavior* (pp. 288-297). New York: Guilford Publications.
- Dalbert, C., Montada, L., & Schmitt, M. (1987). Glaube an eine gerechte Welt als Motiv: Validierungskorrelate zweier Skalen (Belief in a just world: Validity correlates of two scales). *Psychologische Beiträge*, 29, 596-615.
- Dávila, M. C. & Díaz- Moralez, J. F. (2009). Age and motives for volunteering: Further evidence. *Europe's Journal of Psychology*, 2, 82-95.
- Delicado, A.; Almeida, A. N. & Ferrão, J. (2002). *Caracterização do voluntariado em Portugal*. Lisboa: Comissão Nacional para o Ano Internacional dos Voluntários.
- DePalma, M. T., Madey, S. F., Tillman, T. C., & Wheeler, J. (1999). Perceived patient responsibility and belief in a just world affect helping. *Basic and Applied Social Psychology*, 21, 131–137.
- Dovidio, J. F. (1984). Helping behavior and altruism: An empirical and conceptual overview. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 17, pp. 361–427). New York: Academic.
- Dovidio, J. F.; Piliavin, J. A.; Schroeder, D. A. & Penner, L. A. (2006). *The social psychology of prosocial behavior*. New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Ferreira, M.; Proença, T. & Proença, J. (2008). As motivações no trabalho voluntário. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, 43-53.
- Fuertes, F. C. & Jiménez, M. L. V. (2000). Motivation and burnout in volunteerism. *Psychology in Spain*, 4 (1), 75-81.
- Furnham, A. & Procter, E. (1989). Belief in a just world: Review and critique of the individual difference literature. *British Journal of Social Psychology*, 28, 365-384.
- Hafer, C. L. (2000). Investment in long-term goals and commitment to just means drive the need to believe in a just world. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 26, 1059-1073.
- Hafer, C. L., & Olson, J. M. (1993). Beliefs in a just world, discontent and assertive actions by working women. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 19, 30-38.
- Harris, E. (2000). Corporate giving goes both ways: Companies that offer volunteerism are attracting top talent and motivating employees. *Sales and Marketing Management*, 104.
- Hodgkinson, V. & Weitzman, M. (1994). *Giving and volunteering in the United States: Findings from a national survey*. Washington, DC: Independent Sector.
- Holmberg, E. & Söderlung, K. (2005). *Work for free*. Dissertação de Bacharelato em Administração Pública. Jönköping: Jönköping University.
- Instituto Nacional de Estatística (2013). Inquérito ao trabalho voluntário – 2012 (online). Disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=157410423&DESTAQUESmodo=2
- Katz, D. (1960). The functional approach to the study of attitudes. *Public Opinion Quarterly*, 24, 163–204.

- King, M., Walder, L. & Pavey, S. (1970). Personality change as a function of volunteer experience in a psychiatric hospital. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 35, 423–425.
- Latané, B. & Darley, J. M. (1970). *The unresponsive bystander: Why doesn't he help?* New York: Appleton-Century-Crofts.
- Latané, B. & Nida, S. (1981). Ten years of research on group size and helping. *Psychological Bulletin*, 89, 308–324.
- Lei nº 71/98 de 3 de Novembro. Diário da República nº 254/98- I Série A. Assembleia da República. Lisboa.
- Lerner, M. J. (1965). The effect of responsibility and choice on a partner's attractiveness following failure. *Journal of Personality*, 33, 178-187.
- Lerner, M. J. (1971). Observer's evaluation of a victim: justice, guilt and veridical perception. *Journal of Personality and Social Psychology*, 20, 127-135.
- Lerner, M. J. (1977). The justice motive: Some hypotheses as to its origins and forms. *Journal of Personality*, 45, 1–52.
- Lerner, M. J. (1980). *Belief in a just world: A fundamental delusion*. New York: Plenum Publishing Corporation.
- Lerner, M. J. (1998). The two forms of belief in a just world: Some thoughts on why and how people care about justice. In L. Montada, & M. J. Lerner (Eds.). *Responses to Victimization and Belief in a Just World* (pp. 247-270). New York: Plenum Press.
- Lerner, M. J. (2003). The justice motive: Where social psychologists found it, how they lost it, and why they may not find it again. *Personality and Social Psychology*, 7, 388–399.
- Lerner, M. J. & Miller, D. T. (1978). Just world research and the attribution process: Looking back and ahead. *Psychological Bulletin*, 85, 1030–1051.
- Lerner, M. J. & Simmons, C. H. (1966). The observer's reaction to the "innocent victim": Compassion or rejection? *Journal of Personality and Social Psychology*, 4, 203–210.
- Lincoln, A. & Levinger, G. (1972). Observers' evaluations of the victim and the attacker in an aggressive incident. *Journal of Personality and Social Psychology*, 22, 202-210.
- Lipkus, I.M.; Dalbert, C. & Siegler, I.C., (1996). The importance of distinguishing the belief in a just world for self versus for others: Implications for psychological well-being. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 22, 666-677.
- Miller, D. T. (1977). Altruism and threat to a belief in a just world. *Journal of Experimental Social Psychology*, 13 (2), 113-124.
- Mohiyeddini, C. & Montada, L. (1998). Belief in a just world and self-Efficiency in coping with observed victimization: Results from a study about unemployment. In L. Montada & M.J. Lerner (Eds.). *Responses to Victimization and Belief in a Just World* (pp. 41-54). New York: Plenum Press.
- Moore, D. (2008). Toward a more just world: what makes people participate in social action?. *Advances in Group Processes*, 25, 347–373.
- Newman, S.; Vasudev, J. & Onawola, R. (1985). Older volunteers' perceptions of impacts of volunteering on their psychological well-being. *Journal of Applied Gerontology*, 4, 123–127.
- Okun, M.A. & Schultz, A. (2003). Age and motives for volunteering: Testing hypotheses

- derived from socioemotional selectivity theory. *Psychology and Aging*, 18 (2), 231-239.
- Oliner, S., & Oliner, P. (1988). *The altruistic personality: Rescuers of Jews in Nazi Europe*. New York: The Free Press.
- Omoto, A. M. & Snyder, M. (1990). Basic research in action: Volunteerism and society's response to AIDS. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 16, 152-166.
- Omoto, A. M. & Snyder, M. (1995). Sustained helping without obligation: Motivation, longevity of service, and perceived attitude change among AIDS volunteers. *Journal of Personality and Social Psychology*, 68, 671-686.
- Otto, K. & Dalbert, C. (2005). Belief in a just world and its functions for young prisoners. *Journal of Research in Personality*, 39, 559-573.
- Parbouteeah, K. P.; Culeenb, J. B. & Lim, L. (2004). Formal volunteering: a cross-national test. *Journal of World Business*, 39 (4), 431-441.
- Penner, L.A. (2002). Dispositional and organizational influences on sustained volunteerism: An interactionist perspective. *Journal of Social Issues*, 58, 447-467.
- Penner, L. A., & Finkelstein, M. A. (1998). Dispositional and structural determinants of volunteerism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74, 525-537.
- Primavera, J. (1999). The unintended consequences of volunteerism: Positive outcomes for those who serve. *Journal of Prevention and Intervention in the Community*, 18, 125-140.
- Prouteau, L. & Wolff, F. (2007). On the relational motive for volunteer work. *Journal of Economic Psychology*. 29 (3), 314-335.
- Rubin, Z. & Peplau, L. A. (1973). Belief in a just world and reactions to another's lot: A study of participants in the national draft lottery. *Journal of Social Issues*, 29 (4), 73-93.
- Rubin, Z. & Peplau, L. A. (1975). Who believes in a just world? *Journal of Social Issues* 31(3), 65-89.
- Smith, M.; Bruner, J. & White, R. (1956). *Opinions and personality*. New York: Wiley.
- Shin, S. & Kleiner, B. H. (2003). How to manage unpaid volunteers in organisations. *Management Research News*, 26, (2,3,4), 63-71.
- Soupourmas, F. & Ironmonger, D. (2002). *Giving time: The economic and social value of volunteering in Victoria*. Victoria: Department of Human Services.
- Snyder, M. & Omoto, A. M. (1992a). Volunteerism and society's response to the HIV epidemic. *Current Directions in Psychological Science*, 1, 113-116.
- Snyder, M. & Omoto, A. M. (1992b). Who helps and why? The psychology of AIDS volunteerism. In S. Spacapan and S. Oskamp (Eds.), *Helping and Being Helped: Naturalistic Studies* (pp. 213-239). Newbury Park, CA: Sage.
- Sutton, R. M., & Winnard, E. J. (2007). Looking ahead through lenses of justice: The relevance of just-world beliefs to intentions and confidence in the future. *British Journal of Social Psychology*, 46, 649-666.
- United Nations (2001). *Measuring volunteering: A practical toolkit - A joint project of independent sector and United Nations volunteers*. Bonn: UN Volunteers.

- Weymans, V. (2010). *Psychological predictors for prosocial behavior. A large-scale survey in Flanders*. Dissertação de Mestrado em Economia Empresarial. Gent: Faculteit Economie en Bedrijfskunde.
- Wilson, A. & Pimm, G. (1996). The tyranny of the volunteer: The care and feeding of voluntary workforce. *MCB University Press*, 34 (4), 24-40.
- Wilson, J. & Musick, M. (1997). Who cares? Toward an integrated theory of volunteer work. *American Sociological Review*, 62, 694-713.
- Yavas, U. & Riecken, G. (1997). Conducting a situation analysis for volunteer organizations: An improved model. *Marketing Intelligence & Planning*, 15 (6), 265-272.
- Zuckerman, M. (1975). Belief in a just world and altruistic behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 31, 972-976.

ANEXOS



Questionário

O presente questionário faz parte de um projeto de investigação realizado no âmbito da Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e das Organizações pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Este tem como objetivo recolher informações acerca de perceções de voluntários.

Agradecemos desde já a sua disponibilidade em participar neste estudo. Procure ser o mais sincero (a) possível nas suas respostas. Não existem respostas certas ou erradas, assinale a alternativa que melhor descreve aquilo que pensa e sente, e não aquilo que seria o ideal para si.

É de salientar que todas as suas respostas serão confidenciais, sendo assegurado o anonimato dos seus dados pessoais e das suas respostas. Para além disso a sua participação neste estudo é voluntária.

Sempre que se enganar risque a sua resposta e assinale a correta. Leia atentamente as instruções e coloque dúvidas sempre que surjam.

Nesta primeira parte vai encontrar um conjunto de afirmações com as quais pode discordar ou concordar. Utilizando uma escala de 1 (Discordo Totalmente) a 5 (Concordo Totalmente), refira qual é o seu grau de acordo com cada item, assinalando o número com um círculo (O) ou com uma cruz (X).

	Discordo Totalmente	Discordo um pouco	Não Concordo nem Discordo	Concordo um pouco	Concordo Totalmente
Na minha vida a injustiça é a exceção e não a regra.	1	2	3	4	5
Acho que a maior parte do que me acontece é justo.	1	2	3	4	5
De um modo geral os acontecimentos da minha vida são justos.	1	2	3	4	5
As decisões que os outros tomam em relação a mim são justas.	1	2	3	4	5
Acho que geralmente obtenho o que mereço.	1	2	3	4	5
Geralmente os outros tratam-me de uma maneira justa.	1	2	3	4	5
Em geral eu mereço o que me acontece.	1	2	3	4	5
Basicamente, o mundo em que vivemos é justo.	1	2	3	4	5
As injustiças em todas as áreas da vida (por exemplo, profissão, família, política) constituem uma exceção à regra.	1	2	3	4	5
Ao longo da vida as pessoas acabam por ser compensadas pelas injustiças sofridas.	1	2	3	4	5
De uma maneira geral, as pessoas merecem aquilo que lhes acontece.	1	2	3	4	5
A justiça vence sempre a injustiça.	1	2	3	4	5
As pessoas tentam ser justas quando tomam decisões importantes.	1	2	3	4	5
Posso contribuir para que mais pessoas tenham igualdade.	1	2	3	4	5
Posso contribuir para tornar o mundo mais justo.	1	2	3	4	5
Posso contribuir para que as vítimas de injustiça recebam uma recompensa justa.	1	2	3	4	5
Posso contribuir para a proteção de soluções justas para problemas sociais (e.g. sistema de tributação, serviço de saúde).	1	2	3	4	5
Posso contribuir para a prevenção de alguma injustiça no mundo.	1	2	3	4	5
Posso contribuir para que a injustiça seja uma exceção.	1	2	3	4	5
Tento motivar as pessoas a serem justas umas com as outras.	1	2	3	4	5
Posso contribuir para a procura de soluções justas para problemas sociais (e.g. sistema de tributação, serviço de saúde).	1	2	3	4	5

De seguida vai encontrar afirmações que podem ou não ser importantes para si. Utilizando uma escala de 1 (Nada importante) a 5 (Extremamente Importante), refira qual é o seu grau de importância que cada item tem para si, assinalando o número com um círculo (O) ou com uma cruz (X).

	Nada Importante					Extremamente Importante	
	1	2	3	4	5		
O voluntariado pode ser uma ajuda para abrir a porta do local onde gostava de trabalhar.	1	2	3	4	5		
Os meus amigos fazem voluntariado.	1	2	3	4	5		
Preocupo-me com os mais carenciados.	1	2	3	4	5		
Aqueles que me são próximos querem que eu faça voluntariado.	1	2	3	4	5		
Ser voluntário faz-me sentir importante.	1	2	3	4	5		
As pessoas com quem me dou partilham o mesmo interesse em fazer trabalho comunitário.	1	2	3	4	5		
Independentemente do quão mal me possa sentir, o voluntariado faz-me esquecer tudo isso.	1	2	3	4	5		
Preocupo-me verdadeiramente com o grupo específico com que trabalho.	1	2	3	4	5		
Ao fazer voluntariado, sinto-me menos sozinho (a).	1	2	3	4	5		
Posso reunir novos contactos que poderão ser uma ajuda para o meu negócio ou para a minha carreira.	1	2	3	4	5		
Fazer trabalho voluntário faz com que me sinta menos culpado(a) por ser mais afortunado do que alguns.	1	2	3	4	5		
Posso aprender mais sobre a causa pela qual trabalho.	1	2	3	4	5		
O voluntariado aumenta a minha autoestima.	1	2	3	4	5		
O voluntariado permite-me ganhar uma nova perspetiva das coisas.	1	2	3	4	5		
O voluntariado permite-me explorar diferentes opções profissionais.	1	2	3	4	5		
Sinto compaixão pelas pessoas carenciadas.	1	2	3	4	5		
Aqueles que me são próximos dão muito valor ao trabalho comunitário.	1	2	3	4	5		
O voluntariado permite-me aprender diretamente, através da prática.	1	2	3	4	5		
Sinto que é importante ajudar os outros.	1	2	3	4	5		

O voluntariado ajuda-me a superar os meus problemas pessoais.	1	2	3	4	5
O voluntariado ajudar-me-á a ter sucesso na profissão que escolher.	1	2	3	4	5
Posso fazer algo por uma causa que é tão importante para mim.	1	2	3	4	5
O voluntariado é considerado uma atividade importante para aqueles que conheço.	1	2	3	4	5
O voluntariado é uma boa maneira de fugir dos meus próprios problemas.	1	2	3	4	5
Posso aprender a lidar com várias pessoas.	1	2	3	4	5
Fazer voluntariado faz-me sentir que precisam de mim.	1	2	3	4	5
Fazer voluntariado faz-me sentir melhor comigo próprio (a).	1	2	3	4	5
Uma experiência de voluntariado ficará bem no meu currículo.	1	2	3	4	5
O voluntariado é uma maneira de fazer novos amigos.	1	2	3	4	5
Posso explorar os meus pontos fortes.	1	2	3	4	5
Quando faço voluntariado sinto que estou a contribuir para tornar o mundo mais justo.	1	2	3	4	5
Através do voluntariado posso contribuir para a procura de soluções justas para problemas sociais.	1	2	3	4	5
O voluntariado permite-me contribuir para que a injustiça seja uma exceção.	1	2	3	4	5
Através do voluntariado tento motivar as pessoas a serem justas umas com as outras.	1	2	3	4	5

Para terminar, e para efeitos estatísticos pedimos-lhe apenas que indique:

Idade: __ anos

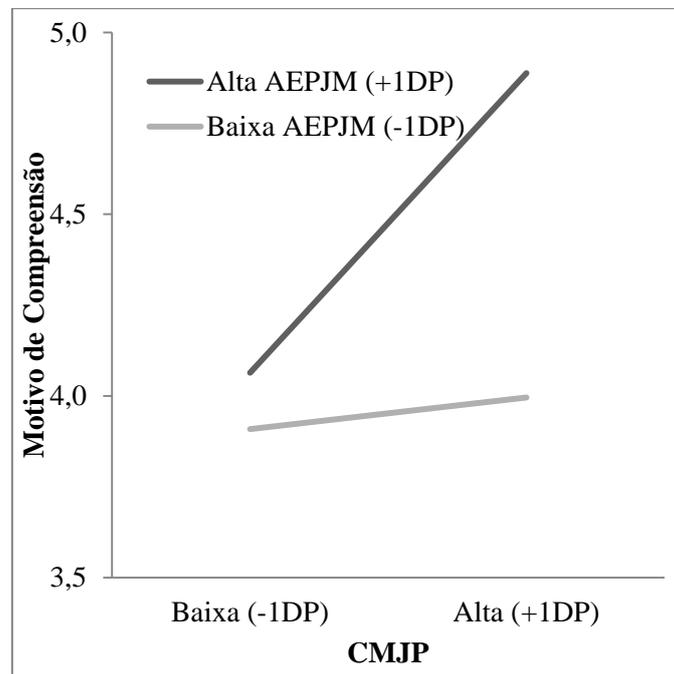
Sexo: F / M

Habilitações Literárias: _____

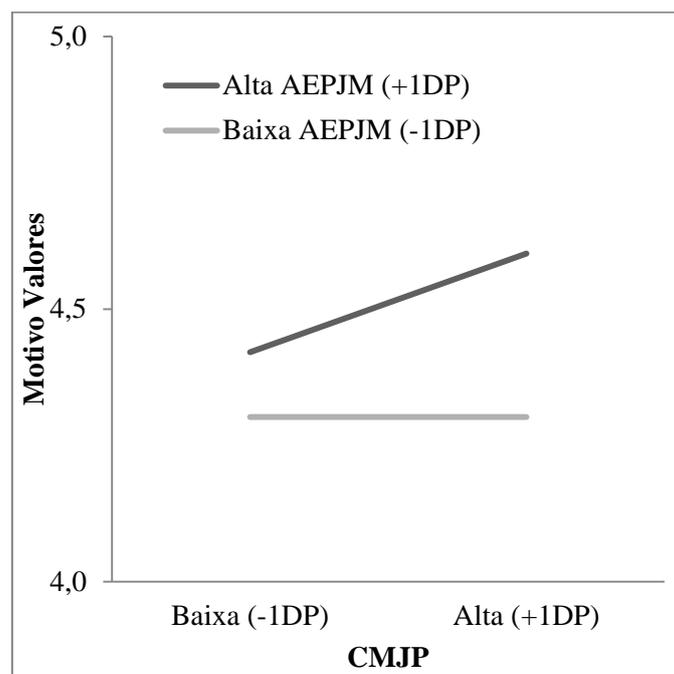
Há quanto tempo realiza voluntariado? _____

Média do nº de horas de voluntariado por mês: _____

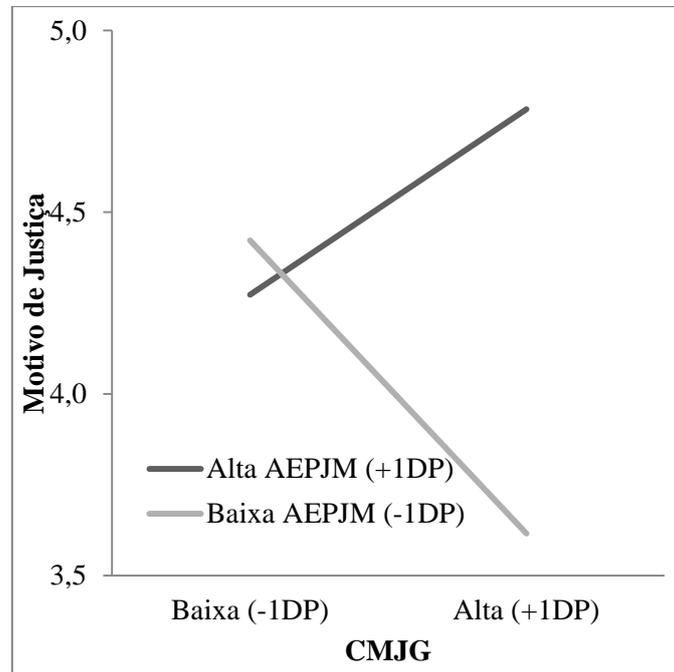
1. Relação entre CMJP e o Motivo “Compreensão” nos dois níveis da AEPJM



2. Relação entre CMJP e o Motivo “Valores” nos dois níveis da AEPJM



3. Relação entre CMJG e o Motivo “Justiça” nos dois níveis da AEPJM





Europass Curriculum Vitae

Informação pessoal

Apelido(s) / Nome(s) próprio(s) **Leite Janeiro Salvado, Sara Maria**

Morada(s)

Telefone(s) Telemóvel |

Endereço(s) de correio electrónico saraleitesalvado@gmail.com

Nacionalidade portuguesa

Data de nascimento 10/04/1990

Sexo Feminino

Emprego pretendido / Área funcional **Psicologia Social e das Organizações**

Experiência Profissional

Datas 5 de Novembro de 2012 a 4 de Fevereiro de 2013

Função ou cargo ocupado Estágio Curricular

Principais actividades e responsabilidades Apoio no Recrutamento e Seleção

Nome e morada do empregador TAP Portugal, Departamento Recursos Humanos da TAP Serviços

Tipo de empresa ou sector Companhia Aérea

Educação e formação

Datas Setembro 2011 até à data presente

Designação da qualificação atribuída Mestrado em Psicologia Social e das Organizações

Principais disciplinas/competências Profissionais Diagnóstico e Intervenção Social e Organizacional, Concepção e Avaliação de Projectos, Psicologia Organizacional, Psicologia do Trabalho, Psicologia dos Recursos Humanos

Nome e tipo da organização de ensino ou formação ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Datas Setembro 2008 - Junho 2011

Designação da qualificação atribuída Licenciatura em Psicologia

Principais disciplinas/competências Avaliação Psicológica, Diagnóstico e Intervenção em Grupos, Comportamento Organizacional:

profissionais	Processos Individuais, Inovação e Mudança Organizacional, Gestão de Recursos Humanos, Psicometria
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa Lisboa (Portugal)
Nível segundo a classificação nacional ou internacional	13
Datas	5, 6 e 7 de Setembro de 2011
Designação da qualificação atribuída	Formação de Buddy/Mentor (formação de 9 horas inserida no projecto piloto "Buddy Mentoring" desenvolvido pelo Gabinete de Apoio ao Aluno e pelo Gabinete de Relações Internacionais)
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Datas	Setembro 2010 – Fevereiro 2011
Designação da qualificação atribuída	Programa Erasmus (1º semestre do 3º ano da Licenciatura)
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Università Degli Studi di Torino - Turim (Itália)

Aptidões e competências pessoais

Língua(s) materna(s) **Português**

Outra(s) língua(s)

Auto-avaliação

Nível europeu (*)

Inglês

Espanhol / Castelhana

Italiano

Compreensão				Conversaço				Escrita	
Compreensão oral		Leitura		Interacção oral		Produção oral			
B1	Utilizador independente	B2	Utilizador independente	B1	Utilizador independente	B1	Utilizador independente	B2	Utilizador independente
A2	Utilizador básico	B1	Utilizador independente	A2	Utilizador básico	A2	Utilizador básico	A1	Utilizador básico
A2	Utilizador básico	B1	Utilizador independente	A2	Utilizador básico	A2	Utilizador básico	A2	Utilizador básico

(*) [Nível do Quadro Europeu Comum de Referência \(CECR\)](#)

Aptidões e competências sociais

- Capacidade de Trabalho em Equipa, adquirido no voluntariado no Grupo de Acção Social do Tagus e no projecto "Buddy Mentoring"
- Capacidade de adaptação e integração a ambientes multiculturais, adquirida durante o período de Erasmus em Itália, no interrail e nas missões de voluntariado
- Boa capacidade de Comunicação, adquirida enquanto voluntária na Recolha de bens alimentares para o Banco Alimentar Contra a Fome, como voluntária na Liga dos Amigos do Hospital de Santarém, projecto "Buddy Mentoring" e no GASTagus

Aptidões e competências informáticas

- Conhecimentos na óptica do utilizador do software Office (Word, Excel, PowerPoint)
- Conhecimentos de SPSS, adquiridos na Unidade Curricular Estatística e Análise de Dados I, Estatística e Análise de Dados II e Métodos Avançados de Análise de Dados

Carta de condução

Veículos Ligeiros (B, B1)

Informação adicional

- Outubro de 2012 até ao presente – Orientadora no GASTagus
- Agosto de 2013 – Missão de voluntariado Internacional em Angola (responsável de equipa)
- Agosto de 2012 – Missão de voluntariado Internacional em Angola
- Dezembro de 2011 a Setembro 2012 - Voluntária no Grupo de Acção Social do Tagus (GASTagus)
- Abril de 2012 a Agosto de 2012 – Voluntária na Casa de Amparo e Protecção de Santo António (Acompanhamento e apoio a mães adolescentes)
- Setembro de 2011 – Voluntariado no Projecto “Buddy Mentoring” (recepção e integração de alunos Erasmus em Lisboa)
- “VI PhD Meeting in Social and Organizational Psychology”, que decorreu nos dias 19 e 20 de Maio de 2011, no ISCTE-IUL, Lisboa (membro do “staff”)
- De Março de 2010 até Setembro de 2010 – Voluntariado na Liga dos Amigos do Hospital de Santarém
- VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia, que decorreu nos dias 4,5 e 6 de Fevereiro de 2010, na Universidade do Minho, Braga (assistente)